

A diversidade confirma seu voto: candidaturas transexuais, folkcomunicação e representação política

*Nelson Toledo Ferreira*¹

Submetido em: 10/04/2021

Aceito em: 01/06/2021

RESUMO

A proposta deste artigo é refletir sobre os espaços ocupados pelas candidaturas transexuais nas últimas eleições municipais de 2020, no Brasil, correlacionando folkcomunicação, representação política e minorias. Apesar do êxito eleitoral de uma parcela ainda pequena desse segmento em todo o país, com destaque maior nas grandes metrópoles, os (as) transexuais reforçam suas políticas de gênero e abrem novos campos de disputas políticas, como nunca vistos na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, o trabalho aponta como a visibilidade midiática potencializa as políticas de comunicação afirmativas da identidade transexual, o que vem possibilitando leituras plurais da sociedade, abrindo novos espaços e democratizando a representação política.

PALAVRAS-CHAVE

Folkcomunicação; Representação política; Minoria; Transexuais.

Diversity confirms its vote: transsexuals candidacies, folkcommunication and political representation

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect on the spaces occupied by transsexual candidates in the last municipal elections of 2020, in Brazil, correlating folk communication, political representation and minorities. Despite the electoral success of a still small portion of this segment across the country, with greater prominence in large cities, transsexuals reinforce their gender policies and open up new fields of political disputes, as never before seen in Brazilian society. In this perspective, the work points out how media visibility enhances affirmative communication policies for transsexual identity, which have enabled plural readings of society, opening new spaces and democratizing political representation.

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), atua em pesquisas sobre minorias, mídias digitais, representação política. Correio eletrônico: neo.toledo@outlook.com.

KEY-WORDS

Folkcommunication; Political Representation; Minorities; Transsexuals.

La diversidad confirma su voto: candidaturas Transexuales, folkcomunicación y representación política

RESUMEN

El propósito de este artículo es reflexionar sobre los espacios ocupados por los candidatos transexuales en las últimas elecciones municipales de 2020, en Brasil, correlacionando folkcomunicación, representación política y minorías. A pesar del éxito electoral de una porción aún pequeña de este segmento en todo el país, con mayor protagonismo en las grandes ciudades, los transexuales refuerzan sus políticas de género y abren nuevos campos de disputa política, como nunca antes se había visto en la sociedad brasileña. En esta perspectiva, el trabajo señala cómo la visibilidad mediática potencia las políticas de comunicación afirmativa para la identidad transexual, que han permitido lecturas plurales de la sociedad, abriendo nuevos espacios y democratizando la representación política.

PALABRAS-CLAVE:

Folkcomunicación; Representación Política; Minorías; Transexuales.

Introdução

O ano de 2020 marca a abertura de espaços políticos de candidaturas transexuais em todo o país, inclusive em cidades menores, do interior. Tal cenário implica no questionamento sobre os fatores que desencadearam as referidas candidaturas, nessa proporção. A princípio, trata-se de um reflexo das discussões sobre políticas de gênero e identidades ocorridas em todas partes do mundo, o que trazem uma visibilidade da questão transexual, tanto nos grandes conglomerados de comunicação, bem como nas redes sociais e, com isso, reforçam o aparecimento de agentes políticos e militantes que potencializam esses debates no seio da sociedade. Logo, a naturalização de determinados estilos e modos de vida acabam criando identificação de outros indivíduos, reforçando uma identidade coletiva, que resulta, em uma abordagem política.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Antra – aponta que 30 candidaturas trans foram eleitas em 2020, sendo que 294 travestis, mulheres e homens trans concorreram ao pleito em 2020. O êxito das 30 candidaturas representa um aumento de 275% de pessoas

trans eleitas em relação a 2016. Detalhando ainda mais esses números, foram 16 candidaturas pela esquerda (6 PSOL, 4 PT, 4 PDT, 1 PV e 1 PSB), 11 pelo centro (1 PTB, 1 DEM, 2 PODE, 1 PROS, 1 AV, 4 MDB e 1 PSDB) e 3 pela direita (1 REP, 1 PL e 1 DC). Destes, foram 2 homens trans e 28 travestis e mulheres trans. Foi eleita ainda a primeira pessoa Intersexo do país e sete candidatas como as mais votadas em suas cidades -Linda Brasil, Dandara, Tieta Melo, Lorim de Valéria, Duda Salabert, Titia Chiba e Paullete Blue-, sendo 23 no Sudeste, dois no Nordeste, um no Norte e quatro no Sul.

Neste contexto, o artigo pretende refletir teoricamente sobre a relação minorias e visibilidade midiática, a partir do aumento das candidaturas transexuais no cenário político nacional. Em um primeiro momento, busca-se a atualização do conceito de folkcomunicação como um processo de comunicação dos movimentos populares contemporâneos, principalmente, em relação às comunidades e grupos marginalizados, que se apropriam das tecnologias digitais para ressignificar os discursos da grande mídia, carregando-os de novos sentidos em prol de suas demandas e bandeiras de luta. No segundo momento, discute-se a como as mídias digitais reconfiguram a representação política na contemporaneidade, consolidando novas arenas de disputas políticas, privilegiando as minorias.

Minorias, folkcomunicação e visibilidade

A pluralidade identitária dos indivíduos nas sociedades contemporâneas é fruto dos movimentos sociais que surgiram na década de 90 (ALBERTI; PEREIRA,2006). Com isso, tais iniciativas reforçam novos estilos de vida e de comportamentos, chamando a atenção para a ideia de que uma democracia só se consolida a partir de uma convivência harmoniosa com a diferença, tendo como parâmetro básico que todos têm direitos de expressar-se plenamente, enquanto cidadãos.

Com efeito, nas últimas décadas consolidou-se uma importante arena política de debates sobre segmentos sociais que buscavam fazer valer seus direitos. Com o processo de globalização, eles ganharam mais força ao somarem-se aos diversos movimentos parecidos de outros grupos excluídos e marginalizados socialmente, que eclodiram em várias as partes do mundo. Gays, lésbicas, transexuais, mulheres, negros, deficientes físicos, indígenas e outros grupos específicos se aproveitam dos meios de comunicação para potencializar suas reivindicações e levar o debate da diferença à esfera pública, apesar de ainda hoje esbarrarem

na barreira do preconceito e da engrenagem noticiosa dos grandes conglomerados de comunicação.

Há de se considerar que a postura do jornalismo na cobertura destes debates é carregada de tipificações construídas socialmente pelos *mass media* e pela própria lógica de produção de notícias, que faz com que os espaços midiáticos tratem de temáticas das diferenças de forma estereotipada. Com isso, os *mass media* acabam por estreitar e reduzir abordagens significativas que possam contribuir para que o debate sobre essas pluralidades identitárias levem a sociedade a novas reflexões. Correia (2010) esclarece que a própria lógica dos grandes conglomerados de comunicação, que para assegurar seu funcionamento regular, conduz estratégias noticiosas que forcem uma monitoração rotineira de determinadas fontes institucionais, as chamadas fontes oficiais, que despejam sempre as mesmas visões de mundo na sociedade, não favorecendo leituras plurais e abordagens diferenciadas das minorias.

Muniz Sodré (2005) discorre sobre Kant para explicar como os alemães entendem maioria e minoria, para revelar como é a noção de minoria na sociedade atual. “Maioria é Mündigkeit, que implica literalmente a possibilidade de falar. Münd significa boca. Minoria é Unmündigkeit, ou seja, a impossibilidade de falar. Menor é aquele que não tem acesso à fala plena” (SODRÉ, 2005, p. 11). Diante dessa assertiva, a questão das minorias está mais no sentido de não ter voz na sociedade, de buscar espaços para que seus discursos mobilizadores sejam reconhecidos socialmente. Já Silverinha afirma que “os grupos minoritários passaram a constituir-se no espaço público democrático com base nas suas reivindicações políticas tocantes à diferença e à sua representação nos destinos coletivos” (SILVERINHA, 2005, p.41). Todavia, esses grupos específicos enfrentam o desafio de romper com determinadas estruturas comunicacionais para fazer valer suas vozes no cenário social e político.

Com o advento e a popularização das tecnologias de informação, uma gama infinita de informações passou a ser produzida e pulverizada na sociedade, conformando novos espaços para se discutir questões de segmentos até então excluídos politicamente, se comparado com algumas décadas atrás. Muniz Sodré (2005) destaca que nas tecnodemocracias ocidentais, a mídia é um dos principais “territórios” de luta das chamadas minorias pela redução do poder hegemônico. Maia (2006) destaca como as negociações entre os políticos até as conversas diretas com os cidadãos sobre questões políticas são atravessadas pela mídia.

A mídia reconfigura os padrões de discurso político e as relações entre representantes e representados. Ela é a principal instância para líderes políticos divulgarem informações sobre suas atividades, buscarem adesão em campanhas eleitorais ou conquistarem suporte público no jogo político mais geral. Por sua vez, a grande maioria das informações de que os cidadãos comuns necessitam para tomar decisões e agir na esfera política – escolher seus representantes, conhecer e avaliar as políticas públicas, construir mecanismos de controle popular sobre os governantes – articula-se, de modo rotineiro- com os meios de comunicação. (...) O espaço de visibilidade midiática pode ser entendido como um “palco”, “arena”, “fórum” de disputa políticas e de negociação de sentidos. Em termos gerais, o governo e os políticos precisam frequentemente tomar decisões sobre questões controversas diante, simultaneamente, da oposição político-partidária, de grupos de interesse e daquilo que é colocado em cena através dos veículos de comunicação. Em termos mais específicos, o espaço de visibilidade midiático é um ambiente em que embates ideológicos se desdobram, colocando em movimento interações diversas dentre entre atores políticos e os próprios cidadãos. Aquilo que se torna visível através da mídia produz segmentações, constrói solidariedades, dissemina projetos ou visões do mundo, catalisa debates, faz deslanchar processos de prestação de contas ou estimula a mobilização cívica (MAIA, 2006, pp.25-27).

Nesse cenário, a tecnologia de informação potencializou as vozes de muitos segmentos, que reforçam suas bandeiras de luta por meio de canais de mediação comunicacional e, principalmente, folkcomunicacionais. O receptor não é mais passivo, pelo contrário, ele é um produtor de conteúdo e insere seus significados nos discursos que são recontextualizados dos *mass média*, reverberando em seus grupos afins.

Essa rede mundial de computadores que cada vez mais ganha adeptos e usuários mudando, inclusive, os processos comunicacionais com forte evidência e atividade do receptor, antes tido como elemento secundário ou passivo no processo comunicacional. Esse receptor é o mesmo agente folk outrora proposto na teoria da Folkcomunicação de Luiz Beltrão, que hoje usa a grande rede de computadores para propagar suas ideias. (BERTI; CORNIANI, 2009, p.10)

O termo folkcomunicação, desenvolvido e introduzido no Brasil por Luiz Beltrão de Andrade Lima (1918-1986), atualiza-se frente às novas arenas de disputa política, via mídias digitais, promovendo discussões acerca de grupos marginalizados na sociedade e gerando novos debates e novas demandas políticas na sociedade atual. Luiz Beltrão (1967) apontava na formulação de sua teoria que o fundamento básico da folkcomunicação é que existem formas diferenciadas de cultura – popular e erudita –, mas também formas diferenciadas de comunicação. O que significa afirmar que as classes populares e minorias, considerados

segmentos marginalizados, no sentido de viverem à margem de uma sociedade, não digerem as mensagens e os conteúdos da mídia hegemônica de maneira passiva, mas filtram e se apropriam dos discursos, recodificando e reinterpretando para seus pares.

Schmidt (2006) aponta que com a internet os grupos populares marcam presença quando se apropriam das novas mídias para a divulgação de suas questões. A autora lembra que as lideranças folks são os negociadores que fazem a codificação do fluxo e contrafluxo da informação.

Esses agentes não são únicos; muitas vezes é um grupo de pessoas que respalda a comunidade em suas relações. Incorporar técnicas na produção cultural popular agrega elementos comunicativos atualizando o grupo às linguagens do mundo. A folkcomunicação também estará com novos parâmetros – novos instrumentos, novas cores, nova mídia –, mas atendendo a demandas do momento’ (SMIDITH, 2006, p. 40).

O trabalho político desenvolvido por líderes de alguns segmentos minoritários consegue fazer uma ponte semântica entre a conjuntura social, política e econômica e seus grupos. Estes líderes funcionam como mediadores de novos significados, que conseguem a aderência de seus pares pela utilização de uma linguagem e de uma experiência de vida muito peculiares, que só os membros do próprio grupo entendem e compartilham.

É o caso da população LGBT e suas variantes que convivem com questões muito específicas no seu dia a dia, com um vocabulário próprio e com uma visão de mundo e problemas comuns. Esses critérios permitem uma interação comunicacional entre os agentes e a sua audiência – o que Luiz Beltrão (1967) chamava de audiência folk –, definindo importantes apoios políticos, uma vez que os membros da comunidade se sentem representados por aqueles líderes que potencializam suas vozes nas esferas políticas. As mídias digitais passam a ser um palco de discussões sobre questões que interferem na cidadania desse segmento, fortalecendo suas bandeiras de lutas e, principalmente, sua visibilidade social.

Transexuais, política e suas bandeiras de luta

O número significativo de candidaturas de transexuais nas eleições municipais de 2020 chamou a atenção, principalmente, pela quantidade de votos que elegeram 30 transexuais

nas mais diferentes cidades do país. A secretária de articulação política da Antra, Bruna Benevides, explica que além do engajamento e militância das pessoas trans, três fatores potencializaram as oportunidades de candidatura desse segmento em 2020.

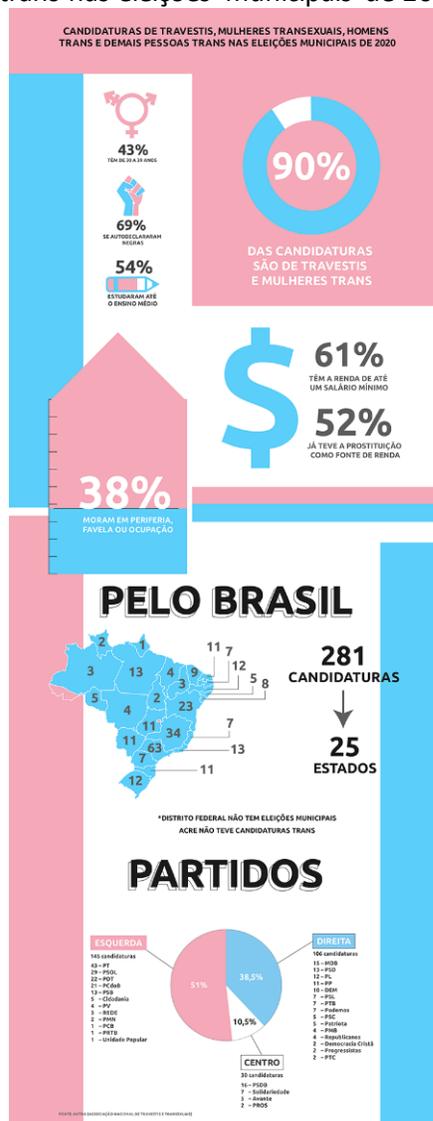
O primeiro marco teria sido em 2018 com a autorização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o uso do nome social nas candidaturas e na inserção no título de eleitor, o que provocou, no mesmo ano, o cadastro de 538 eleitores. Meses depois o Supremo Tribunal Federal permitiu que transexuais e travestis têm o direito de alterar seu nome no registro civil sem precisar se submeter ao procedimento médico de redesignação sexual ou pedir autorização judicial. No ano seguinte, a Resolução 23690/2019 do TSE permitiu as mulheres trans concorrer as cotas femininas dos partidos políticos, reforçando que a reserva de vagas considera gênero, isto é, a forma como a pessoa se identifica e não os órgãos genitais com os quais nasceu. (SANTOS, Taynara. Candidaturas trans disparam em todo país para garantir a defesa de pautas. UOL, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/11/14/candidaturas-trans-disparam-em-todo-pais-para-garantir-a-defesa-de-pautas.htm> . Acesso em 20 março 2021).

Duda Salabert, Erika Hilton, dentre outras, conseguiram escrever uma nova história na política nacional em 2020, tendo a visibilidade midiática de seus discursos e de suas ações em prol do movimento transexual reverberando na identificação de milhares de cidadãos que se veem representados por essas candidaturas. Duda Salabert foi a vereadora mais votada da história de Belo Horizonte, Minas Gerais, com 37.613 votos e a primeira parlamentar transgênero da capital mineira. Erika Hilton (PSOL), foi eleita com 50.508 votos, tornando-se a vereadora mais votada do Brasil e a primeira mulher transgênero a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de São Paulo. No Programa Roda Viva, a sua entrevista reafirmou a importância da representação política para a visibilidade trans, não só para São Paulo, mas para todo o mundo.

(...) Só vamos construir um diálogo com quem está do outro lado, olhando para a pauta de gênero, da sexualidade como uma coisa demoníaca, se partirmos para o campo da didática, da pedagogia. (...) A gente precisa encontrar uma didática para mostrar que não nada de errado conosco e que não queremos acabar com a família, só queremos que haja democracia na família. Quando encontrarmos as palavras certas, que cheguem para as famílias, para as pessoas que ainda não atingimos, será um momento crucial de nossa história. Seremos vistas, ouvidas e passaremos a mensagem de que não queremos destruir nada. Nosso propósito é de construção (Erika Hilton. Programa Roda Viva. São Paulo: TV Cultura, 02 de fevereiro de 2021. Programa de TV)

Com as candidaturas, os discursos sobre a visibilidade trans ganharam os principais jornais, revistas e portais de notícias em todo mundo. Ao mesmo tempo que se consolida o êxito da representação política desse segmento nas eleições municipais de 2020, dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais revelam que o país registrou 175 assassinatos de pessoas transexuais nesse mesmo ano. Com isso, o Brasil mantém a posição de país que mais mata transexuais no mundo, de acordo com a ONG Transgender Europe, que monitora 71 países.

Figura 1 – Candidaturas de travestis, mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans nas eleições municipais de 2020



Fonte: ANTERA (Associação Nacional de Travestis Transexuais)

A reconfiguração da representação política

Na última década, vários estudos contemplaram uma revisão do conceito de representação política. A maioria destes trabalhos discute a dialética entre as teorias normativas e as práticas nas sociedades contemporâneas, que se revelam cada vez mais complexas e fragmentadas, criando sempre novas demandas, que colocam em xeque a legitimidade dos representantes (YOUNG, 2002; URBINATI, 2004, 2006; AVRITZER, 2007). Em um momento em que o Estado dá sinais claros de deterioração na sua relação com a sociedade, grupos organizados desenham novos modelos de representações políticas, acirrando a disputa com as instituições, que, tradicionalmente, eram referências formais dos governos representativos, com ênfase no processo eleitoral, como os partidos políticos (MENDONÇA, 2011).

A deterioração da relação entre o Estado e a sociedade é evidenciada por uma série de novas situações vivenciadas nos dias atuais, como a onda apartidária dos cidadãos, o número crescente de abstenção eleitoral, a apatia política e muitas outras (GOMES, 2011; MIGUEL, 2010; CHADWUICK, 2006). Esse descrédito quanto à política tradicional impacta a identificação dos eleitores com os partidos políticos.

Esta discussão teórica é realizada, desde então, no meio acadêmico, o que aponta para um olhar diferenciado sobre como os partidos lidam com esta nova realidade no que se refere à representação política. Todavia, o eixo desses debates sobre representação política passa pela ideia de processo, de continuidade, de reciprocidade, de algo inacabado e sempre em construção. Nesse sentido, a representação política mostra-se de forma clara que não se esgota mais no processo eleitoral, como vocalizavam antigas teorias, como a de Hobbes em 1651, que viam o consentimento prévio dos cidadãos dado nas urnas como base para que, os representantes agissem em nome dos representados (LIMA JUNIOR, 1997).

Atualmente, a ideia da interação é fundamental para legitimar a representação política. O estabelecimento de novas formas de diálogos entre representantes e representados supõe a participação popular em novas instâncias deliberativas e o incremento de mecanismos de comunicação para que a entrosamento entre as partes venha a ser construído de forma paulatina, seja para cobranças, seja para afinar os discursos entre as

partes, seja para definir políticas públicas. Assim, a participação deixa de ser um paradoxo à noção de representação, pois ela se faz necessária para o funcionamento desta engrenagem política na época atual. Os representados já não se omitem e transferem suas demandas aos representantes, mas participam das discussões políticas, ajudando-os na tomada de decisões. Esses estudos revelam que o alargamento do conceito de representação política é resultado da evolução do próprio processo de democratização, respaldado na participação popular (MENDONÇA, 2011; YOUNG, 2006). Com isso, os meios de comunicação e a opinião pública passam a ser os principais condutores dos fenômenos sociais e políticos.

Diante dessas premissas, promove-se uma releitura sobre este tipo de representação política, que é atravessada pelos meios de comunicação, sejam os massivos comerciais - representados pelos grandes conglomerados de comunicação-, sejam os canais privados dos partidos políticos, de instituições e de movimentos sociais, que constroem suas perspectivas singulares sobre a realidade social, política e econômica, de acordo com os vieses que lhes interessam e lhes beneficiam.

Os campos da mídia e da política, apesar de suas lógicas e regras próprias, estão cada vez mais em um processo de intercessão, criando uma disputa entre seus agentes pelo acúmulo destes capitais simbólicos, que reconfiguram a tradicional noção de política que tínhamos há décadas. Miguel (2002) aponta que o capital político é uma forma de capital simbólico, ou seja, dependente do reconhecimento fornecido pelos seus pares.

(...) mídia e política formam dois campos diferentes, guardam certo grau de autonomia e a influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistências. (...) O que se observa é que a visibilidade na mídia é, cada vez mais, componente essencial na produção do capital político. A presença em noticiários e *talk-shows* parece determinante do sucesso ou fracasso de um mandato parlamentar ou do exercício de um cargo executivo, isto é, na medida em que se deve acrescentar algo ao capital político próprio do ocupante. Da mesma maneira, a celebridade midiática tornou-se o ponto de partida mais seguro para quem deseja se lançar na vida política – na forma, dependendo do perfil de cada um, de uma candidatura às eleições ou de um convite para uma função governamental. (MIGUEL, 2012, pp 167-169).

Com as transformações na sociedade, a ênfase recai sobre uma intensa fragmentação dos segmentos sociais e de suas novas bandeiras de lutas, que se impõem no cenário político, principalmente, pela potencialização do contato direto com seus pares, via mídias digitais

embaralhando ainda mais a concepção de representação política. As bases que sustentaram os partidos políticos e suas representatividades começaram a perder espaço nesta luta simbólica, deixando de ser tão homogêneas e com demandas comuns. Com isso, os partidos políticos enfraqueceram nos seus posicionamentos ideológicos, uma vez que tinham como suporte principal as classes sociais para definições de suas representações políticas, repercutindo nos modelos de sistema político que defendiam (CHADWUIK, 2006). Entram em cena, as organizações da sociedade civil e formas não eleitorais de representação, buscando potencializar as vozes de determinados segmentos, até então excluídos do processo político e da tomada de decisões, exigindo, com isso, que suas demandas fossem incorporadas nos debates e assegurassem novos direitos sociais e políticos. Nesse sentido, a mídia começa a reforçar seu papel crucial na visibilidade e na vocalização das demandas destes novos grupos e suas lutas por direitos na sociedade.

Young (2000), no seu livro *Inclusion and democracy*, contribui para este debate com uma nova abordagem sobre representação, tendo como foco principal o conceito de “perspectivas sociais”, visando os chamados grupos minoritários, que aparecem com mais força no campo político, como mulheres, negros, homossexuais e outros. Por esta ótica, cada um dos novos segmentos que irrompem no tecido social a partir da década de 90, frutos dos novos tempos, têm perspectivas diferenciadas em relação a algumas temáticas, que são necessárias e urgentes nas discussões políticas dos regimes democráticos atuais. Com isso, os processos midiáticos reaparecem como mecanismos de visibilidade das demandas destes novos segmentos até então marginalizados e excluídos do fazer política. Young (2006) aproximou suas análises de uma visão deliberacionista da democracia e da representação política, tentando abarcar a inclusão social destes novos grupos. Segundo a autora, a multiplicidade dos pontos de vistas amplia a noção de realidade e contribui para o processo democrático.

Outra pesquisadora que acrescenta novos elementos à discussão sobre representação política, com vínculos com a opinião pública e com a mídia, é a italiana Nadia Urbinati. No seu trabalho *Representative Democracy: principles and genealogy* publicado em 2002, Urbinati (2002) defende a representação política como fundamental para o funcionamento da democracia, baseada no discurso público que valoriza a política democrática, potencializando as vozes dos cidadãos em todo o processo político, não só na escolha dos seus representantes.

Nesta perspectiva, Urbinati (2002) considera a representação política vinculada ao estímulo à participação política e à expressão da vontade popular, transformando-se, assim, em uma forma de organização política. Para Urbinati (2002), a representação política amplia a noção de participação, na medida em que considera que um caráter deliberativo permite uma constante recriação e aperfeiçoamento do que se entende por democracia.

A autora inclui nesta discussão a noção de *advocacy*, como uma vontade superior e apaixonada às causas e às demandas dos seus constituintes com certa autonomia de julgamento, reforçando a importância da representação política como mola propulsora dos regimes democráticos. Urbinati (2002) faz uma defesa dos *expertises*, que seriam porta-vozes aprimorados dos seus representantes. Sob essa ótica, os militantes de minorias começam a ocupar espaços na política tradicional, tecendo de forma contínua um diálogo com seus pares e se apropriando de um discurso que tem ressonância no dia a dia desses indivíduos, que acabam por elegê-los porta-vozes de suas demandas.

Outro autor que atua na mesma linha de raciocínio é Mendonça (2011) que traz para os debates o que ele denomina “esferas de interação comunicativa”, dando o tom das mudanças nesta relação entre Estado e sociedade, atravessada pelas novas arenas de debates via mídias digitais. Mendonça (2011) reforça a importância do diálogo constante entre as partes para que os discursos entre ambos se tornem afinados e permitam consensos e avanços políticos. Neste contexto, a comunicação consolida seu espaço na formulação diante desse novo conceito de representação política, o qual a legitimidade conquistada se faz em nível discursivo. O autor sugere que quanto mais complexa for a rede de mecanismos de representação, maiores as chances de representar mais aspectos dos cidadãos, pois é através da troca pública de argumentos em diferentes arenas discursivas que uma representação pode construir sua legitimidade, mantendo um processo contínuo discursivo articulado em diferentes fluxos e esferas. Com isso, a representação deve ser centrada em discursos e o núcleo da política transforma-se em múltiplos discursos (MENDONÇA, 2011, p. 122).

Considerações finais

A entrada de ativistas transexuais nas instâncias tradicionais da política aponta para um momento ímpar de organização dos grupos denominados minoritários, tendo as mídias digitais com principal estratégia para potencializar suas vozes por demandas e direitos, cada

vez mais específicos. Os grupos sociais, historicamente marginalizados, já não esperam e nem se contentam mais com representantes que não reverberam suas reivindicações e demandas. Estão cientes de que eles próprios precisam conquistar seus espaços políticos para promover as mudanças de mentalidade que engessam a sociedade, impedindo-a de se tornar plena e tolerante com a cidadania de todos, independentemente de credo, opção sexual, gênero, ideologia, etnia, necessidades especiais ou quaisquer outros tipos de diferenças.

Mesmo que política nacional tenha registrado avanços de grupos conservadores e de extrema-direita, nos últimos anos, que tentam impor suas ideologias e impedir conquistas das minorias, elas estão engajadas e disputam seus espaços políticos, principalmente nas arenas midiáticas, efetivando seus discursos e naturalizando seus modos de vida e de comportamentos.

A mídia é uma arena importante, um espaço onde as disputas discursivas devem ser realizadas e conquistadas. São através de vozes plurais e retóricas diferenciadas que a sociedade promove momentos de convivência e de possibilidades efetivamente democráticas. A velha e tradicional noção de que os enquadramentos midiáticos reforçavam apenas uma leitura hegemônica da sociedade, construída pelas elites econômicas e políticas, vem sendo testada e confrontada com releituras desta mesma realidade, através da visibilidade de segmentos que sempre foram excluídos de se posicionarem politicamente e de revelarem suas perspectivas sociais, no sentido proposto por Young (2002). É a partir do momento que a mídia divulga e potencializa outras vozes, criando novas correntes contra-hegemônicas, que o espaço público é oxigenado e começa a ser repensado, forçando transformações sociais e políticas.

Os brasileiros assistem, ainda de forma tímida, que a representação política começa a sair dos gabinetes e passa a ser construída nos discursos das redes sociais, dos *blogs*, dos *microblogs*, dos portais de notícias, dos aplicativos e de outros dispositivos tecnológicos. São esses canais de comunicação que atualizam o conceito de folkcomunicação, abrindo um campo de estudo sobre os novos agentes e audiências folcks, como denominava Luiz Beltrão. Neste novo contexto, as mídias digitais alteram essa relação entre representantes e representados, tendo a visibilidade como a principal estratégia de enfrentamento e de posicionamentos políticos, forçando o pensar e o repensar que a diferença dos segmentos

minoritários não pode ser nunca confundida com inferioridade, pelo contrário, deve ser confundida com a palavra democracia.

As vitoriosas candidaturas transexuais confirmam o voto da diversidade e levam suas bandeiras de luta para as tradicionais instâncias políticas, reforçando a cidadania de milhares de brasileiros e brasileiras que até então não ouviam suas próprias vozes na esfera política, clamando por mais justiça, mais igualdade, mais oportunidades.

Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar A. **A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 37, 2006. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/breve-historia-dos-movimentos-sociais-no-brasil/> Acesso em 20 mar. 2021.

ANTRA. Disponível em: < <https://antrabrasil.org>> Acesso em 20 mar. 2021.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade da ação.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados.** São Paulo: Cortez, 1980.

CHADWICK, Andrew. **Internet Politics: States, Citizens and New Communication Technologies.** New York: Oxford University Press, 2006.

CORNIANI, Fábio Rodrigues; BERTI, Maurício de Carvalho. **A folkcomunicação como instrumentalização da comunicação alternativa na Internet.** In: INTERCOM. 2009, Curitiba. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2564-1.pdf>. Acesso em 10 mar. 2021.

CORREIA, J. Carlos. **Teoria e crítica do discurso noticioso – notas sobre o jornalismo e representações sociais.** Portugal: LabCom, 2009.

COSTA, Antônio Firmino da. **Identidades culturais urbanas em época de globalização.** In: RBCS, Vol. 17, nº 48, fevereiro/2002.

ERIKA HILTON. **Programa Roda Viva.** São Paulo: TV Cultura, 02 de fevereiro de 2021. Programa de TV.

GOMES, Wilson. **A transformação da política na era da comunicação de massa.** 3ª edição. São Paulo: Paulus, 2007.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. **Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997

MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARQUES DE MELO, José. **Folkcomunicação na era digital: a comunicação dos marginalizados invade a aldeia global**. In: V Bienal Iberoamericana de Comunicación. Instituto Tecnológico de Monterrey. Disponível em http://www.marquesdemelo.pro.br/textos/textos_recentes/txt_rec_03.htm, acesso em 10 mai. 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Representation and deliberation in civil society**. Brazilian Political Science Review, nº2, p.117-137, 2008. Disponível em: http://www.bpsr.org.br/english/arquivos/BPSR_v2_n2_dec2008_05.pdf.pdf> Acesso em 15 mar. 2021.

MIGUEL, L. Felipe. **Representação política em 3-D – elementos para uma teoria ampliada da representação política**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 18, nº 51, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15989>> Acesso em 09 mar. 2021.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

PITKIN, Hanna. **The Concept of Representation**. Berkeley: University of California.Press, 1967.

SANTOS, Taynara. **Candidaturas trans disparam em todo país para garantir a defesa de pautas**. UOL, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/11/14/candidaturas-trans-disparam-em-todo-pais-para-garantir-a-defesa-de-pautas.htm> . Acesso em 20 mar. 2021.

SCHMIDT, Cristina. **A reprodutibilidade digital da folkcomunicação: a construção de novas linguagens ou o fim do popular**. IX Conferência Brasileira de Folkcomunicação, São Bernardo do Campo, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3148-1.pdf> . Acesso em 23 mar. 2021.

SILVERINHA, Maria João. Democracia e reconhecimento: repensar o espaço público. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SOARES, M. César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de minoria**. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

URBINATI, N. **O que torna uma representação democrática**. Lua Nova, São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a07n67.pdf>. Acesso em 20 mar. 2021.

URBINATI, N. **The concept of representation in contemporary democratic theory**. Annual Review of Political Science **Vol. 11**. 2002. Disponível em:

<http://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.polisci.11.053006.190533>. Acesso em 13 mar. 2021.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democration**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

YOUNG, Iris Marion. **Representação política, identidade e minorias**. Trad. Alexandre Morales. Lua Nova, São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf> >. Acesso em 12 mar. 2021.